

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO RURAL EM RONDÔNIA

Oleides Francisca Oliveira

Raimundo Cláudio Gomes Maciel

Jean Marcos da Silva

Pedro Gilberto Cavalcante Filho

Resumo

O Estado de Rondônia é constituído por territórios de especificidades heterogênicas, o artigo visa analisar o desenvolvimento rural do Estado em face das tradições econômicas locais por meio do Programa Territórios da Cidadania - PTC, nos Territórios: Central e Madeira Mamoré, política essa implementada pelo Governo Federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT e do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA. O método adotado foi o dialético em abordagem histórica e qualitativa. Trazendo como problemática: ao recortar a região para definição dos territórios pelo PTC, considerou as diversidades econômicas, ambientais e sociopolíticas? Para implementação do programa o governo teve como base o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS. Constatou-se que, na execução do PTC nos dois territórios houve falhas na aplicação da metodologia do plano, o que levou de certa forma ser conduzido a atender aos interesses dos órgãos públicos que muitas vezes, não são os que a população mais carente necessita.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento rural; e Território da Cidadania.



INTRODUÇÃO

Os enigmas encontrados nacionalmente para estabelecer o desenvolvimento rural é um desafio constante pelos promotores de políticas públicas. A extensão geográfica do Brasil é formada por regiões de características diversificadas em seu relevo, clima, cultura e economia, as maiores evidências são o aumento da pobreza nas áreas rurais. Em razão das desigualdades é que o governo estabelece metas exclusivas para o meio rural.

No Estado de Rondônia, os atores envolvidos nesta divisão são caracterizados como: agricultores familiares, grupos tradicionais como ribeirinhos, seringueiros, comunidades indígenas e quilombolas, pescadores e extrativistas artesanais, incluindo, também, as famílias assentadas pela reforma agrária. O espaço territorial constituído por estes traz, também, como problema, o conflito de uso e ocupação do solo. A divisão e reconhecimento na definição de identificação das áreas foi delimitada pelo Zoneamento Socioeconômico e Ecológico - ZSEE do estado de Rondônia. Nessa composição está o processo de divisão territorial para o desenvolvimento rural da Região.

Esse trabalho considerou o território rural como objeto de análise em uma perspectiva do desenvolvimento sustentável. Para tanto, se fez necessário levantar as políticas de territorialização de Rondônia, identificando os projetos de desenvolvimento diante das características e diversidades de formação territorial, como também as assimetrias do estado, que permitem caminhar para a sustentabilidade do PTDRS dos TCs Central e Madeira Mamoré.

A diversidade existente desde os aspectos econômicos, sociais e ambientais nos dois territórios - Central de Rondônia e Madeira Mamoré - faz com que as políticas públicas implementadas pelo governo federal sejam acompanhadas por agentes orientadores, conhecedores da diversidade regional. No estado de Rondônia essa dinâmica de participação é exercida pelo MDA e entidades parceiras mobilizadoras junto aos representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil.

Mediante o exposto, apresentou-se a seguinte indagação: as ações do PTDRS implementadas no Território da Cidadania Central -TCC/RO e Território da Cidadania Madeira Mamoré - TCMM/RO levaram em consideração às particularidades que



caracterizam a região e observam as especificidades, políticas, econômicas, sociais e ambientais pertinentes à construção da cidadania e da sustentabilidade?

Nessa expectativa, e diante das especificidades da região em estudo propôs-se, como objetivo geral, compreender e analisar os procedimentos da formação e aplicação do PTC nos territórios da Cidadania Central/RO e Madeira Mamoré/RO como políticas de desenvolvimento rural implementadas pelo governo federal para o desenvolvimento da região. Apresentando também as ambiguidades das políticas de Desenvolvimento Rural de Rondônia na percepção dos representantes dos dois PTCs: Central/RO e Madeira Mamoré/RO.

Para o desenvolvimento desses objetivos, foi utilizado o método da dialética partindo de uma abordagem histórica de natureza aplicada e análise qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, fontes de acervos de autores regionais que vivenciaram a implantação de projetos de desenvolvimento rural do estado, documentos de órgãos públicos disponibilizados via internet, nos seguintes temas: Concepções de Desenvolvimento Territorial Rural; Políticas de desenvolvimento Regional; O processo de desenvolvimento territorial X colonização de Rondônia; e o Desenvolvimento territorial do Estado de Rondônia – 2003 a 2010 com Fluxo Migratório no Estado 1950 a 2010 e as ambiguidades das políticas de Desenvolvimento Rural de Rondônia na perspectiva do desenvolvimento territorial e da cidadania, como também os editados por órgãos oficiais como o IBGE e Secretarias de Estado. Utilizou-se ainda dados secundários publicados pelo MDA (2005) em relatório de desempenho das oficinas e o levantamento de dados por meio de entrevistas aplicadas em dois tipos de atores: representantes de órgãos públicos e representantes da sociedade civil organizada.

Esse trabalho justifica-se pela análise da aplicação e execução das políticas públicas rurais na continuidade do processo de desenvolvimento do Estado de Rondônia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A história do Estado de Rondônia é registrada por dois períodos: o primeiro, antes de 1970 e o segundo após 1970. No primeiro período, pode-se registrar a construção da lendária Estrada de Ferro Madeira Mamoré, com o tratado de Petrópolis assinado pelos Governos do Brasil e da Bolívia em 1903; a construção das linhas Telegráficas, unindo o



Estado do Amazonas a Cuiabá em Mato Grosso; na economia é observado o ciclo da borracha no período de 1877 a 1915, com a desvalorização deste produto no mercado internacional o desenvolvimento da região ficou estagnado por um período aproximado de 30 anos; em 1943 renasce o segundo ciclo da Borracha; em 1956 inicia-se o período do minério de estanho (cassiterita); em 1960 é determinante a necessidade da construção da BR 364, que somente na década de 1970 é concluída, marcando um novo período da história.

O segundo período da história do Estado de Rondônia iniciando a partir de 1970, com incentivos do governo federal, de apropriação da região norte do país pelas demais regiões, através de programas de colonização implantados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA do Estado de Rondônia no período de 1970 a 1990 por meio dos projetos: Projeto Integrado de Colonização (PIC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e Projeto de Assentamento (PA).

Na década de 1980 realizou-se ainda a instalação de Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUARs), que são pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural; outros dois grandes projetos de ocupação no Estado de Rondônia em destaque neste período foram: o Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil – POLONOROESTE (1981) e Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO (1986) esse do governo estadual, assinado em 19 de setembro de 1992.

O financiamento da pavimentação da BR-364 pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para escoamento da produção, foi o primeiro projeto com uma proposta de desenvolvimento sustentável financiado pelo Banco Mundial, que como imposição de contra partida para esse financiamento, o Estado teria que emanar o seu zoneamento ecológico e econômico; em 06 de junho de 2000 a conclusão do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do estado – ZEE/RO.

No período de 2003 a 2008, houve a implantação da política de territorialização rural, por meio da delimitação dos territórios rurais organizados a partir de 2003 pelo governo federal, em uma política nacional – Território da Cidadania – na divisão dos Estados em Territórios, que tinha como objetivo o desenvolvimento rural.

2.1 Desenvolvimento territorial do Estado de Rondônia

2.1.1 Da discussão conceitual de território



A reorganização de espaço traz discussões por vários autores pela definição de território, apresenta-se essa discussão.

Em 1992, no Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas-Cuzco, Sergio Boisier deixa para segundo plano os limites e atributos geográficos e de tamanhos que dominavam as teorias e práticas relacionadas com a regionalização. Considera ainda que os atores passam a ser sujeitos de seu próprio desenvolvimento e os territórios organizados deixam de ser o simples produto das relações sociais de produção para se transformar em “agente” ou “sujeito” de seu próprio desenvolvimento, o qual passa a ser mais endógeno e mais equitativo, sem ser autárquico, uma vez que plenamente inserido no mundo globalizado.

No entanto, Santos (1994, p. 18) chama a atenção para a necessidade de refinar o conceito de território:

[...] de modo a distinguir aquele território de todos, abrigo de todos, daquele de interesse das empresas - definido como “norma ou território das empresas”, o espaço internacional de interesse das empresas – propõe que este seja compreendido “como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local”.

A conceituação de espaço geográfico levou Santos (1994, p. 19) a propor que a categoria de análise seja a de “território usado”, que:

[...] constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidado a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio espacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso.

Para Santos (1996), o espaço geográfico são conjuntos indissociáveis de sistemas de objetos e sistemas de ações, que permitem pensar uma multiplicidade de combinações entre ações e materialidade.

Segundo Buarque (1997), o território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa, num determinado espaço geográfico, um processo social, econômico,



ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados. Para o autor o território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, mas só existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais.

Para a formação do conceito, Haesbaert (1997, p. 47), acrescenta que o território é “uma apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos, ou seja, o território envolve, sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais”. O território é visto, ainda, como forma de “controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar”.

Com o incentivo de migração para o estado de Rondônia na década de 1970, o governo federal estimulou a população excedente do meio rural dos estados do Sul, Sudeste e Nordeste do país, num pioneirismo digno das epopeias vividas pelos bandeirantes de três séculos atrás. Os novos habitantes provinham de estados em que o meio ambiente já fora, em grande parte, exaurido ou degradado exatamente pela falta daquele tipo de consciência. O estímulo que o governo oferecia eram terras de baixo valor imobiliário ou sem custo para povoar e desenvolver a região Norte do país (incluindo Rondônia), com infraestrutura para escoar a produção (LIMA, 1997).

O processo de desenvolvimento territorial e a colonização do Estado de Rondônia. Na concepção da construção dos espaços territoriais, Figueiredo (2002, p. 6) questiona se o estado de Rondônia foi efetivamente colonizado ou ocupado. Considerando o início desse processo a partir do seu desmembramento do Estado do Amazonas e Mato Grosso em 1943.

Diante desse incentivo, o Estado de Rondônia teve um crescimento acelerado e desordenado do território, exigindo uma definição de ações para o seu desenvolvimento, a partir das quais seriam necessários estudos sobre sua divisão territorial, segundo as características particulares de cada região. Esta primeira divisão se deu pelo estudo de identificações ao uso da terra definidas pela 1ª e subsequente 2ª aproximação do ZSEE/RO em 2000 Lei Complementar nº 233. A segunda divisão, com a implantação de política de desenvolvimento pela organização das regiões por territórios (SEPLAN, 2006).



Diante da discussão conceitual de território propõe-se o estudo de territorialização rural do Estado de Rondônia.

2.2 Territorialização rural do Estado de Rondônia

A territorialização rural no Estado de Rondônia se deu a partir da década de 2000 pela divisão geográfica das atividades econômicas tendo como base o zoneamento socioeconômico – ZEE/RO.

Segundo Deyon (2001) apud Oliveira et al. (2007, p. 9), para a efetivação da divisão territorial, o Estado divide geograficamente a população e as atividades econômicas, seja para homogeneizar o território, esteja para acelerar ou regular o desenvolvimento.

No estado de Rondônia não foi diferente, a sua territorialização consiste na demarcação dos territórios rurais constituídos em 2003, a partir de critérios analisados por técnicos de organizações oficiais governamentais e pela sociedade civil representada pelos sindicatos e cooperativas. Esses atrelados por instituições rurais e pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural.

As relações entre sociedade e espaço no seu processo de organização e transformação, do Estado, permitiram compreender as variáveis de análises no período de ocupação - 2008 até 2011 -, a mobilidade populacional tem sido motivada pela implantação de obras de infraestrutura, apropriação e exploração intensiva dos recursos naturais sem estabilidade econômica, resultando em fluxos e refluxos migratórios.

Lembrando, ainda, que o estado de Rondônia já foi palco do fluxo migratório na década de 1970 e 1980, quando implantou políticas de desenvolvimento para a região no processo de ocupação do estado.

Quadro 01 – Evolução da população urbana e rural de Rondônia – 1950/2010

| ANOS | ÁREA URBANA | | ÁREA RURAL | | TOTAL |
|------|-------------|-------|------------|-------|------------|
| | Pop. (Mil) | % | Pop. (Mil) | % | Pop. (Mil) |
| 1950 | 13,81 | 37,41 | 23,12 | 62,59 | 36,93 |
| 1960 | 30,84 | 43,57 | 39,95 | 56,43 | 70,78 |
| 1970 | 59,61 | 53,67 | 51,46 | 46,33 | 111,06 |
| 1980 | 229,17 | 46,47 | 262,86 | 53,53 | 491,03 |
| 1991 | 659,33 | 58,21 | 473,36 | 41,79 | 1.132,69 |



| | | | | | |
|------|-----------|-------|---------|-------|-----------|
| 2000 | 884,52 | 64,11 | 495.26 | 35,89 | 1.379,69 |
| 2010 | 1.142.648 | 73,22 | 417.853 | 26,78 | 1.560.501 |

Fonte: Composição da autora em 2012 a partir de IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

No Quadro 01 visualiza-se o aumento populacional urbano e rural nos períodos: de 1950 a 1980, incentivado pelo governo federal para ocupar e colonizar o Estado de Rondônia, de 1980 a 2003 foi motivado pela política de desenvolvimento econômico agropecuário e, de 2003 a 2010, pelas políticas de nova divisão territorial rural – Programa Território da Cidadania - e pelos investimentos de empresas de grande porte (usinas hidrelétricas).

O período (2003 a 2010) é marcado também pela mobilização populacional vivida no estado pelo processo de implantação do PTDRS no programa Territórios da Cidadania no Estado de Rondônia que é assinalado pela reterritorialização e desterritorialização, na formação dos Territórios da Cidadania. Este fluxo populacional é bem expressivo no Território Madeira Mamoré, principalmente no Município de Porto Velho, pelos empreendimentos de grande porte como as usinas de hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, como também indústrias como a fábrica de cimento Votorantim, Companhia Rondoniense de Gas S/A – Rongas, Usinas Itamarati S/A - Nova Porto Velho e outras.

2.3 Da implantação do Programa Território da Cidadania

2.3.1 O PTDRS como base do Programa Território da Cidadania

O governo federal implementa política públicas para o desenvolvimento rural, tomando como base de articulação o PTDRS por meio do Programa Território da Cidadania. Para essa construção faz-se um regaste do conceito de território por outros autores:

O governo federal (especificamente a Secretaria de Desenvolvimento Territorial/ Ministério de Desenvolvimento Agrário), com suas referências para o desenvolvimento rural sustentável MDA/SDT, aborda os problemas rurais de forma complexa, introduzindo a noção de desenvolvimento territorial na perspectiva da melhoria contínua da qualidade de vida do conjunto da população do território (BRASIL, 2005)

Portanto, segundo MDA/SDT, é indispensável uma significativa articulação dos diversos níveis de governo, da sociedade e do setor privado. Concomitante a esses



aspectos, estimular a ampliação da capacidade de mobilização, organização, diagnóstico, planejamento e autogestão das populações locais, resultado de políticas públicas que expressam demandas da sociedade local, reconhecendo e respeitando as especificidades de cada território. Esses elementos demonstram que “o enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção” (BRASIL, 2005, p. 21).

As influências são perceptíveis tanto no direcionamento da política pública como no marco teórico-analítico que orienta os programas de desenvolvimento. Os programas de desenvolvimento estavam basicamente atrelados a aspectos econômicos, com um viés fortemente relacionado à questão produtiva (FIALHO e WAQUIL, 2008).

Para atender aos anseios da população rural, o governo federal implementa planos e programas que visam o desenvolvimento rural em nível nacional, que tem como base o PTDRS praticado em 2003, esse traz em seu guia de planejamento, documento nº 02 (2005), que as políticas públicas nacionais continham uma gestão centralizadora e/ ou pulverizada na sua prática, deixando de atingir os objetivos esperados, por serem pouco sensíveis às particularidades locais e ao enfoque sistêmico, acabando por sujeitar a matriz social e produtiva aos interesses nacionais (ADIB, 2005).

Na formulação do plano como processo, o PTDRS estabelece etapas que guardam uma coerência e uma sequência, compreendendo:

i) marco conceitual do desenvolvimento, gestão e planejamento territorial; ii) metodologia para construção do Plano; iii) formulação do diagnóstico; iv) identificação dos eixos de desenvolvimento (diretrizes e estratégia); v) orientações ao detalhamento das propostas (as linhas de ação e projetos específicos) (BRASIL, 2005).

Diante do objetivo do PTDRS como política de desenvolvimento rural, que tende à observar as necessidades e características regionais de uma forma participativa, com a sociedade civil representada, o estudo focalizou as intervenções de políticas públicas para o desenvolvimento rural no Estado de Rondônia, no período das duas últimas gestões governamentais do governo Lula de 2003 a 2010.



2.3.2 Programa Território da Cidadania em Rondônia

Na década de 2008, foi implantada pelo governo federal uma nova divisão territorial, que reconhece as diferenças regionais, e a necessidade de política discutida e identificada pelas particularidades e características existentes em cada Estado, como forma administrativa de planejamento e execução orçamentária. Essa divisão territorial - chamada de Território da Cidadania (TC) - criada através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

A composição desse território é a associação de municípios com proximidade de características econômicas e ambientais, bem como identidade e coesão social, cultural e geográfica. O programa tem como estratégia promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre governo federal, estados e municípios (BRASIL, 2008).

Nesse reconhecimento estão os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRSs, que tem por objetivo estabelecer metas exclusivamente para o meio rural em razão das disparidades sociais e econômicas existentes, discutindo de forma participativa os projetos de desenvolvimento rural, envolvendo a sociedade civil organizada.

O governo federal, para atender todo território nacional em políticas públicas de desenvolvimento, implanta, em 25 de fevereiro de 2008, o Programa Território da Cidadania (PTC). Para tanto, foram definidos 60 territórios, sendo, no mínimo, um por cada estado da federação. De acordo com o MDA (2008), neste primeiro momento (2008), foram atendidos os territórios rurais de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), abrangendo cerca de 1000 municípios em todos os estados da federação, com atributos pré-definidos pelo PTC, com o objetivo de diminuir a pobreza.

Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento e de gestão de políticas públicas a partir do estímulo de reconhecimento ou de criação de territórios de identidade rural que tem por objetivo promover a inclusão social e o exercício da cidadania no meio rural.

No estado de Rondônia se deu em dois processos distintos, no período de 2003 a 2010: primeiro pela nova visão política de desenvolvimento rural implementada no país em 2003 no governo "Lula", pelo Programa Território da Cidadania. O objetivo geral dessa



política é o desenvolvimento local com enfoque territorial e o combate à pobreza. O Programa Território da Cidadania no Estado de Rondônia dividiu o Estado em sete territórios rurais - 2003 a 2010 – desses três foram homologados - 2008 a 2009 - como Territórios da Cidadania¹. Os demais territórios - Rio Machado, Vale do Guaporé, Zona da Mata e Cone Sul – na época foram reconhecidos como são territórios de identidade².

Quadro 02 - População do Território Central e Madeira Mamoré Território Central ia

| Municípios | | Pop. Total 2010 | Pop. Urbana | Pop. Rural | Área/ Km ² |
|----------------------------------|-----------------------|--------------------|-------------|------------|-----------------------|
| 01 | Alvorada do Oeste | 24.422 | 13.992 | 10.430 | 3.029.190 |
| 02 | Ji – Paraná | 116.587 | 104.841 | 11.746 | 6.896.782 |
| 03 | Jarú | 52.043 | 35.141 | 16.902 | 2.944.025 |
| 04 | Ouro Preto do Oeste | 37.941 | 28.208 | 9.733 | 1.970.151 |
| 05 | Presidente Medici | 22.319 | 13.296 | 9.023 | 1.758.461 |
| 06 | Vale do Paraíso | 8.218 | 2.276 | 5.942 | 965.377 |
| 07 | Urupá | 12.969 | 5.141 | 7.828 | 831.865 |
| 08 | Mirante da serra | 11.869 | 6.432 | 5.437 | 1.191.882 |
| 09 | Theobroma | 10.644 | 1.980 | 8.664 | 2.197.415 |
| 10 | Gover. Jorge Teixeira | 10.513 | 2.361 | 8.152 | 5.067.381 |
| 11 | Nova União | 7.498 | 1.540 | 5.958 | 807.179 |
| 12 | Teixeirópolis | 4.893 | 1.718 | 3.175 | 459.954 |
| 13 | Vale do Anari | 9.361 | 3.184 | 6.177 | 3.135.140 |
| Total | | 329.277 | 220.110 | 109.167 | 31.254.141 |
| Território Madeira Mamoré | | | | | |
| Municípios | | Pop. Total 2010 | Pop. Urbana | Pop. Rural | Área /Km ² |
| 01 | Porto Velho (capital) | 426.558 | 391.014 | 35.544 | 34.082,366 |
| 02 | Candeias do Jamari | 19.782 | 12.898 | 6.884 | 6.843,866 |
| 03 | Itapuã | 8.561 | 5.220 | 3.341 | 4.081,433 |
| 04 | Nova Mamoré | 22.552 | 13.069 | 9.483 | 10.071,702 |
| 05 | Guajará-Mirim | 41.646 | 35.197 | 6.449 | 24.855,652 |
| Total | | 519.099 | 457.398 | 61.701 | 79.935.019 |

Fonte: Censo IBGE censo (2010) adaptado pela autora.

¹ 1 - Central de Rondônia com os municípios - Governador Jorge Teixeira, Jarú, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Vale do Anari, Vale do Paraíso, Urupá e Alvorada d'Oeste;

2 - Madeira Mamoré - Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Nova Mamoré e Guajará-Mirim;

3 - Vale do Jamari - Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaupândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo;

² 1- Território Vale do Guaporé: São Miguel, São Francisco, Seringueiras e Costa Marques;

2- Território Alta Floresta: Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Nova Brasilândia, Novo Horizonte, Rolim de Moura e Santa Luzia;

3- Território Rio Machado: Cacoal, Pimenta Bueno, Ministro Andreazza, São Felipe, Espigão do Oeste, Primavera de Rondônia e Parecis;

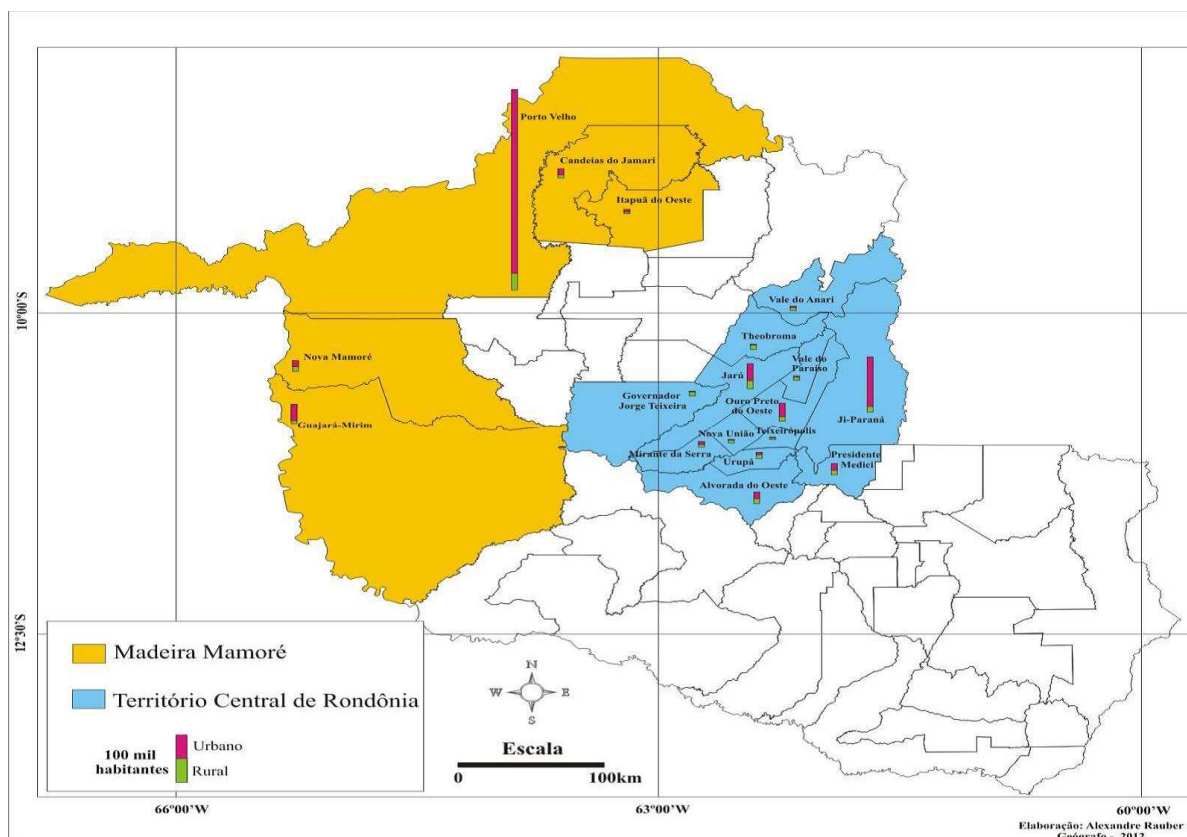
4- Território Cabixi: Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Pimenteiras e Vilhena.



Com a composição do Quadro 02, fica clara a leitura da população urbana e rural dos Territórios Central/RO e Madeira Mamoré/RO. A população do território Central/RO é de 329.277 na qual 66,84% é urbana e 33,15% é rural com uma área de 31.254.141 Km². No Território Madeira Mamoré/RO, a população urbana é de 88,11% e a rural é de 11,89%, com uma área de 79.935.019 km², 60,91% maior que a do território Central. Esse excedente se explica diante de dois processos: Porto Velho a capital do Estado com grandes investimentos a exemplo a construção das duas hidroelétricas – Jirau e Santo Antônio.

No mapa da Figura 01, tem-se o recorte da área geográfica dos dois territórios proposto nesse trabalho, Territórios da Cidadania, Central de Rondônia e Madeira Mamoré.

Figura 01 – Territórios Central/RO e Madeira Mamoré/RO, respectivos municípios.



Fonte: Mapa Centro de Estudos Rio Terra (2010) adaptado por Ms. Rauber 2012.



A área geográfica do Território Madeira Mamoré é de 237.576.167 Km² com apenas cinco municípios para 3.057.415,61 Km² do Território Central de Rondônia para treze municípios. Chamamos atenção aqui para o Território Madeira Mamoré está demarcado com os dois municípios de maior área com a seguinte diferença: Porto Velho a Capital área de 34.082,366 km², uma população de 426.558 e Guajará-Mirim com uma área de 24.855,652 km² para uma população de 41.646 que equivale a 31,09% da área total com apenas 08,02% da população do território. Isso se explica pelo percentual de 90% de sua área é de preservação ambiental e reservas indígenas

O segundo processo de desenvolvimento econômico do Estado de Rondônia, no período de 2003 a 2010, foi impulsionado pelas construções das duas usinas hidrelétricas: Jirau e Santo Antônio – projeto iniciado em dezembro 2008 no principal rio de navegação, o Rio Madeira.

Segundo Cavalcante et al. (2011), em Porto Velho-RO, a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, iniciadas em 2008, tem dois seguimentos quanto ao novo fluxo populacional, o qual pode ser caracterizado por processos de territorialização e desterritorialização. No Estado de Rondônia, estes processos se consolidam, de forma mais expressiva, no período de 2008 a 2011. Impactos positivos e negativos foram sinalizados diante desse investimento na construção e pós-construção das usinas.

3 Desenvolvimento da Metodologia

Para o desenvolvimento dos objetivos, foi utilizado o método da dialética partindo de uma abordagem histórica de natureza aplicada e análise qualitativa. Segundo Gil (2007) o método dialético busca interpretar a realidade partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis. De forma qualitativa, pois é de interpretação dinâmica, considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc. (GIL, 2007; MARCONI; LAKATOS, 2000),



Quanto aos procedimentos e técnicas, tem como base bibliográfica, elaborada ou desenvolvida a partir de material já publicado, em geral livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet (GIL, 2007),

Seguindo ainda a orientação do mesmo autor ela é documental, é elaborada utilizando materiais (documentos, banco de dados, etc.) que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados pelo pesquisador.

Foi utilizado durante a coleta de dados vários documentos, dentre eles, os acervos de autores regionais os editados pelos planos: Planos de Desenvolvimento Territoriais; Planos de Desenvolvimento para a Região Amazônica; Programas de Desenvolvimento para Rondônia; e fontes de dados estatísticos em Órgãos oficiais como o MDA/SDT, o Instituto Brasileiro Geografia Estatística (IBGE) e pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental em Rondônia (SEDAM/RO) sobre as regiões em estudo; Outros procedimentos também utilizados: Cartografia, entrevista semiestruturada;

Para tornar mais compreensivo o processo histórico de evolução da ocupação territorial do Estado de Rondônia, foi levantada a cartografia populacional nos seguintes períodos: 1970-1980; 1980-1990; 1990-2000; 2000-2010, dados estes disponibilizados pelo MDA, mapas IBGE e SEDAM/RO; e entrevista semiestruturada - na utilização dessa técnica, foi formulado um roteiro de perguntas focando dois tipos de entrevistados: representantes de órgãos públicos (Técnicos orientadores PTDRS e PTC do MDA e da SDT em Brasília - DF e nos órgãos oficiais do Estado e do município de Rondônia), e representantes da sociedade civil divididos em três grupos: os produtores da região, os sindicatos e associações; e os povos tradicionais;

Para acompanhar e analisar o programa território da cidadania implantado pelo governo federal a nível nacional, como política de desenvolvimento rural nos dois territórios, utilizou-se a pesquisa de campo pelo método de observação participante, que levou os pesquisadores a observar o processo participativo dos atores e os possíveis entrevistados. Foram nesse processo que se elegeu os possíveis entrevistados. Outro critério utilizado foi escolher os atores mais ativos (frequentes) e/ou os mais notados (atinados) nos eventos, estes promovidos pelo MDA no período de abril de 2010 a 2011.

O processo de construção ocorreu de forma participativa, através das 18 oficinas. Essas oficinas retratam as necessidades, anseios e sonhos dos atores territoriais que vivem nos municípios desses territórios com características e necessidades diversificadas.



As diversidades desses territórios tendem as ambiguidades das políticas de desenvolvimento rural para os territórios, Central e Madeira Mamoré.

A aplicação dos questionários e entrevistas se deu em três momentos, na participação das oficinas em níveis diferentes – primeiro momento em nível Inter territorial - encontro dos representantes dos órgãos públicos e sociedade civil dos dois TCs em estudo (Central de Rondônia e Madeira Mamoré); segundo momento um encontro em nível estadual com a participação dos representantes dos quatro TCs e um Território de Identidade (TI); e no terceiro momento, a participação na 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – I CNATER em Brasília/DF em 2011.

Ressalta-se aqui que a aplicação das entrevistas nos níveis Inter territorial e estadual para os dois grupos distintos, foram nas participações dos eventos nas oficinas do PTDRSs e também posteriormente em momentos oportunos, nas secretarias e ou repartições institucionais, local de trabalho de alguns respondentes.

Observou-se que em todas as oficinas (presenciadas) implementadas por este programa iniciavam com a apresentação dos participantes: faziam o grande grupo, dividiam este grupo pelos temas a serem abordados e, ao final, formava-se novamente o grande grupo em uma Plenária para votação. As proposições que não era votadas, seguiam para reformulação, depois formava-se novamente o grande grupo. Nesse momento, as ações já voltavam prontas, muitas vezes já direcionadas para uma melhor aplicação dos interesses. E, pela falta de tempo para outras discussões, acatavam-se as ações propostas. Não se sabe se era proposital, mas, eram votadas e aprovadas, não voltando para novas discussões.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A SDT/MDA, a partir de 2003 através de sua Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário em Rondônia (DFDA/RO) e em parceria com o Centro de Estudos Rioterra, promoveu o processo de construção dos PTDRSs, com a participação dos atores dos territórios rurais: os representantes de órgãos oficiais do governo e da sociedade civil.

No documento base da I Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural - CNATER (2011) predispõe que em todas as suas etapas, deve contar



com a participação de membros representantes de órgãos públicos e da sociedade civil de acordo com a ruralidade de cada estado. Esses se disseminam em três categorias: I - Delegados(as) com direito a voz e voto; II - Convidados(as) com direito a voz; e III - Observadores(as) sem direito a voz e voto.

Os representantes desse evento no Estado de Rondônia nas três etapas – municipal, inter-territorial e nacional com a participação limitada e predeterminada pelos dois seguimentos social são: representantes da sociedade civil (sindicatos, cooperativas e representantes indígenas, agricultora familiar, quilombolas, pescadores/ribeirinhos e agroextrativistas), e representantes do poder público (Secretárias Municipais de Agricultura e Conselhos Municipais de agricultura; lideranças multiplicadoras; e Órgãos envolvidos diretamente com Assistência Técnica como CEPLAC, EMATER e Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia (FETAGRO).

Durante os encontros desenvolvidos nas oficinas do PTDRS foram notado os procedimentos desenvolvidos: constituíam e apresentavam relatórios de registros do que aconteceu de marcantes nos territórios. Na sequência apresenta-se as ambiguidades proposições de eixos estratégicos segundo as características e necessidades levantadas pelos participantes.

4.1 Ambiguidades das Políticas de Desenvolvimento Rural de Rondônia

4.1.1 Percepção dos representantes dos PTCs: Central e Madeira Mamoré

O propósito desse é apresentar os distintos entendimentos de políticas públicas pelos atores representantes dos órgãos públicos em nível federal, estadual, municipal e da sociedade civil dos dois territórios da cidadania: Central de Rondônia e Madeira Mamoré em Rondônia.

No processo de construção e gestão do desenvolvimento territorial é importante levar em conta a participação da sociedade civil organizada. A sociedade civil tem conhecimentos ricos acumulados ao longo de suas vidas, ou seja, eles detêm a prática da realidade de suas necessidades. Logo, a participação da sociedade civil é essencial na elaboração de estratégias para o projeto político regional e ou territorial.

Na constituição do PTDRS, no guia para o planejamento, documento de apoio nº 02 do MDA (2005), no projeto político de desenvolvimento é evidenciado o uso do poder



político. Na visão de Boisier (1998), “não se mudam as coisas por voluntarismo, senão mediante o uso do poder”. A participação da sociedade civil deve ser colocada como necessária na construção desse poder. Essa construção, até então, era vista como democrática, pois havia interação dos formuladores das políticas públicas com a participação daqueles que iriam usufruir das mesmas, aqui entendidos como a sociedade civil.

Buscando apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais de Rondônia e promover a implementação e integração de políticas públicas, a SDT/MDA, a partir de sua DFDA/RO, e em parceria com o Centro de Estudos Rioterra, promoveu o processo de construção dos PTDRSs. Os primeiros resultados são os projetos territoriais estratégicos publicados pela Rede Territorial/RO, em 2011, com as seguintes construções: A partir de agosto de 2010 foram executadas as diversas atividades de levantamentos, reuniões e oficinas para a revisão dos PTDRS dos referidos territórios.

Este momento da pesquisa foi registrado pelas oficinas do PTDRS, na construção das proposições de cada representatividade para as ações de execução do programa território da cidadania no desenvolvimento dos territórios Central/RO e Madeira Mamoré/RO.

Os eventos foram promovidos pelo MDA/RO em parceria com outras entidades: CEPLAC/RO e EMATER/RO, e as secretarias SEAGRI e SEMAGRI, junto aos representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil.

Cada evento tinha duração de dois a três dias, em lugares diferenciados, ora no interior – municípios estratégicos – ora na capital. Alguns obstáculos foram encontrados na efetivação das entrevistas, tais como:

a) com os representantes de órgãos públicos - falta de tempo; marcar e por motivo alheio não era realizado a entrevista, indicando outra pessoa para falar e ou pedindo para voltar em outra data; muitos tinham receio de falar algo que os comprometesse.

b) com os representantes da sociedade civil – muitos se mostravam inibidos porque não sabiam o que falar; outros tinham medo de falar errado e/ou de falar alguma coisa que não pudessem ser indagados, por exemplo, perguntar por um orçamento (já atendido e/ou desviado para aplicação de outro bem); aproveitavam a oportunidade da entrevista para fazer o pedido de uma necessidade de sua representação.



As entrevistas eram realizadas em horários oportunos, nos intervalos dos eventos e/ou depois das refeições.

Diante do acompanhamento e participação desses eventos, foi possível realizar trinta entrevistas, sendo quinze de representantes de órgãos públicos e quinze com representantes de sociedade civil. Foi tentado aumentar esse quantitativo, mas algumas entrevistas não foram efetivadas: várias tentativas agendadas, esperas marcadas, desculpas de outras agendas e outros compromissos inadiáveis, concluindo em viagens não produtivas. Com esse quantitativo, verificou-se que era o suficiente para atender ao proposto pela pesquisa.

Esse número foi limitado devido às dificuldades em obter as informações preestabelecidas nos questionários, por motivos diferenciados: a) os representantes dos órgãos públicos detinham o conhecimento, poucos falavam sobre as indagações, desviavam das perguntas com assuntos paralelos, indicando nome de outras pessoas e outros órgãos para informações e/ou fornecer algum tipo de documento e dados pertinentes ao tema. Com exceção dos dois representantes de Brasília-DF, que falaram com entusiasmo do PTDRS e do PTC, colocando-se à disposição para envio de documentos pertinentes via e-mail - foram realizados vários contatos por e-mail e não se obteve nenhum material prometido; b) quanto aos representantes da sociedade civil, mostravam-se disponíveis e queriam dar entrevistas, mas, poucos sabiam o que era o PTDRS e o PTC. Outros estavam ali para reivindicar seus interesses da representatividade.

Durante o processo das oficinas foram detectados alguns pontos negativos, relatados durante as entrevistas pelos participantes representantes da sociedade civil: tinham uma participação inconstante; não sabiam ao certo do que estavam participando; eram pegos de surpresa; gostavam de participar porque conheciam e faziam novas amizades; e se sentiam importante por fazer parte do processo de desenvolvimento rural do governo federal. Observa-se ainda, a ausência das falas das populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, e extrativistas. Essas populações quando participam das oficinas, pouco falava, mas, são convidados a votar nas proposições apresentados nos eventos, pois esses votos são muitos importantes e necessários.

Registra-se ainda, o não atendimento do objetivo geral do PTC, quando da formação do Território da Cidadania Madeira Mamoré, esse composto por municípios de



características e necessidades divergentes: Porto Velho, a capital, com interesses centrados nos grandes investimentos econômicos, tanto públicos como privados, na implementação de políticas públicas, especialmente em indústrias e obras de grande porte; os municípios, Candeias do Jamarí, Itapoã do Oeste, Nova Mamoré, de característica rural; e Guajará-Mirim, este com características e necessidades diferenciadas, necessita de políticas voltadas à conservação ambiental, em virtude da maioria de sua área geográfica constituir-se em Reserva Extrativista (RESEXs), Reservas Indígenas e conservação ambiental, não havendo projetos de assentamentos implantados.

Buscou-se uma análise sobre o conteúdo elucidado pelos atores representantes dos órgãos públicos e da sociedade civil, a partir de uma interpretação do atendimento aos objetivos alcançados pelo método aplicado. Diante da percepção e opinião dos atores representantes dos órgãos públicos e sociedade civil sobre o PTC nos dois territórios, a análise que se faz contrapõe as distintas visões sobre essas políticas ora implementadas pelo governo federal no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se alcançasse o objetivo proposto, buscou-se nesta pesquisa a participação dos atores formadores das ações do PTDRS, que apontou as falhas na aplicação do processo da efetivação dessas políticas. Segundo o guia de planejamento, este plano foi criado para mudar as políticas de desenvolvimento rural, que tinham uma gestão centralizadora e pouco sensível às particularidades locais e ao enfoque sistêmico. Permite uma visão mais integradora de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas no processo de implementação do PTDRS nas oficinas de promoções das ações, que devem ser de forma participativa.

A evidência maior a ser observada é a falta da participação da sociedade civil em alocar seus anseios e necessidades para, ao final, construir projetos de desenvolvimento que atendam o maior número de agentes e/ou aos agentes que mais precisam. Se o objetivo geral do PTDRS é desenvolver de forma participativa e descentralizadora, nos territórios de estudo, o processo é participativo, no entanto, acontece, por sua vez, direcionado e aprovado pelos agentes representantes de órgãos públicos, e por uma minoria de representantes da sociedade civil.



O PTDRS no PTC dos dois territórios, neste processo, deixa ainda de ser democrático e passa a comprometer a qualidade e abrangência dos objetivos a que se propõe. Neste sentido, ressalta-se que representantes dos órgãos públicos exercem várias funções de representatividade. Com isto, muitas vezes, as ações vão de encontro aos interesses do TC em atender o maior número de municípios com poucos recursos.

Observou-se, ainda, na representação da sociedade civil, que alguns representantes estavam ali nas oficinas para reivindicar os seus interesses (da associação e ou da sua representatividade), sem saber sobre o que estavam tratando naquele evento, e nunca ouviram falar o que era o Programa Território da Cidadania. Permaneciam ali para somar e/ou fazer número. Eram levados a participar e votar nos projetos apresentados, sem perceberem que, de certa forma, estavam sendo conduzidos por todo o processo.

Mediante o exposto pelos relatórios das oficinas, as políticas públicas implementadas pelo governo federal, por meio do MDA/SDT, para o desenvolvimento rural pelas Ações do PTDRS no Estado de Rondônia no TCC/RO e TCMM, analisam em parte as diversidades e características da região, observando ainda as diferenças políticas, econômicas, sociais e ambientais pertinentes à construção da cidadania e da sustentabilidade, considerando a predominância das atividades rurais no Território da Cidadania Central/RO e no Território da Cidadania Madeira Mamoré/RO ressaltam-se áreas de preservação e investimentos voltados para grandes empreendimentos tais como hidrelétricas, indústria de cimento, indústrias de laticínios, entre outros. Estas diferenças aqui apontadas deveriam sugerir estratégias de implementação de políticas distintas para estas regiões, o que não acontece.

O governo federal implanta políticas em nível nacional para serem adaptadas às especificidades de cada território. O TCMM, para ser inserido no PTC, observou mais sua proximidade regional e política do que as características e necessidades dos municípios agrupados. Contrapondo assim ao objeto pré-determinado do PTDRS e PTC que visa atender ao maior número de pessoas a que foram idealizadas com qualidade de vida e a redução da pobreza no meio rural.



REFERÊNCIAS

ADIB, Alberto Renault, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Guia para o planejamento. IICA Brasil. Brasília. 2005. Disponível em: <www.iica.int/.../Plano%20territorial%20desenvolvimento>. Acesso em: 05 jul. 2010.

BOISIER, Sergio. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y em las manos de la gente. Rev. eure. v. XXX, n. 90), Santiago de Chile, sept. 2004. Disp. <www.4shared.com/.../Boisier_2004_Desarroll>. Acesso em: 20 out. 2011.

BOISIER, Sergio. Post-scriptum sobre desarrollo regional: Modelos reales y modelos mentales. EURE (Santiago-CL), vol. 24, n. 72, set./1998.

BRASIL. Cartilha de direitos humanos. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: MEC/SEDH, 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento. Documento de Apoio n. 02. Brasília, nov. 2005. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/arquivos/074931.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2010.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento. Documento de Apoio n. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/arquivos/07493113.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Território da Cidadania: Matrizes de Ações do Governo Federal 2010. Disponível em: <www.territoriocidadania.gov.br>. Acesso em: 05 ago. 2010.

BUARQUE, S. C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal. PCT INCRA/IICA, Recife, 1997.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. et. al. Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: RO. Revista franco-brasileira de geografia Confins, 2011. Disponível em <<http://confins.revues.org/6924>> Acesso: 04 de maio de 2011.

DECRETO Nº 86.029 DE 27 DE JUNHO DE 1981. Que institui Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil – POLONOROESTE e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_/Leis/1960-1980.htm>. Acesso em: 15 jun. 2010.

DEYON, P. O desenvolvimento territorial: contexto histórico. 2001. Disponível em: <<http://www.ambrafrance.org.br/abr/images/TERRITORIO.PDF>>. Acesso em: 20 Ago. 2010.

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



FIALHO, Marco A. Verardi; WAQUIL, Paulo Dabdab. DESENVOLVIMENTO RURAL: Concepções e Referências Para a Proposição de Políticas Públicas de Desenvolvimento nos Territórios Rurais. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Porto Alegre, RS. Jan – Jun de 2008.

GIL, A. Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Populacional. Rio de Janeiro. Contagem Populacional. De 1950 a 2010.

INCRA. Manual operacional da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária. Brasília - DF: agosto, 2007.

_____. Relatório. Os Projeto de Colonização em Rondônia. 1984. Disponível em: <www.albertolinscaldas.unir.br/eliaquimdacunha_vol_16.html>. Acesso em: 23 abr.2012.

INCRA/PLANAFLORO - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia. A Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do Território de Rondônia. Coordenador: Reinaldo Gavião Modesto. INCRA/RO, 1981.

LIMA, Abnael Machado de. Terras de Rondônia: Aspectos físicos e humanos do Estado de Rondônia. Porto Velho. Off-7 Edição Gráfica Ltda.1997.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. Metodologia Científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de, et al. Perfil social e produtivo do território Vale do Jamari.Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2007.

RIOTERRA – Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia. Territórios Rurais Madeira Mamoré. 2010. Disponível em: <www.rioterra.org.br/download.php?file=editais>. Acesso em: 05 nov.2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.

_____. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - LEI COMPLEMENTAR Nº 233, DE 06 DE JUNHO DE 2000 - Dispõe sobre o Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



de Rondônia - ZSEE. 2006. Disponível em: <www.seplan.ro.gov.br/conteudo.asp>. Acesso em: 25 fev.2010.